

Nº	Identificação	Situação	Autor	Ementa	Observações
Liberdade de Expressão					
1	PL 3504/2021	CCJC	Adriana Ventura (NOVO-SP)	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para ampliar e promover o direito de liberdade de expressão em face da administração pública e de agentes públicos.	
2	PDL 128/2023	Aguardando despacho do Presidente	Bia Kicis (PL-DF)	Susta a Portaria nº 351/2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para fins de prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais, e dá outras providências.	PDL 122/2023 e PDL 139/2023 tratam do mesmo tema
3	PL 2630/2020	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA	Senado Federal - Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Possui centenas de apensados
4	PL 2858/2022	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Major Vitor Hugo - PL/GO	Concede anistia a todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor desta Lei, nas condições que especifica.	
5	PL 1912/2023	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Carol Dartora - PT/PR	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a garantia da responsabilização ulterior de usuários da internet, respeitada a liberdade de pensamento e de expressão, em conformidade com o artigo 13, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992.	
6	PL 3046/2022	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Comunicação (CCOM)	Sóstenes Cavalcante - PL/RJ	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para disciplinar o procedimento relativo ao bloqueio de contas de membros do Congresso Nacional nas redes sociais da Internet.	
7	PL 4762/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Carlos Jordy (PSL-RJ)	Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Ideológica no Brasil e dá outras providências.	
8	PL 1459/2023	Aguardando despacho do Presidente	Gustavo Gayer (PL-GO)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a remoção de conteúdos gerados pelo usuário em aplicações de internet.	
9	PL 2175/2023	Aguardando despacho do Presidente	Rubens Pereira Júnior (PT-MA)	Dispõe sobre o marco regulatório do metaverso e estabelece princípios, diretrizes e normas para o uso e a realização de negócios jurídicos nesse ambiente virtual.	
10	PL 2120/2023	Aguardando despacho do Presidente	Mendonça Filho (UNIÃO-PE)	Institui o Marco Legal das Plataformas Digitais (MLP) e dá outras providências.	
11	PL 3453/2004	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Wladimir Costa (PMDB-PA)	Acrescenta o art. 323-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral".	
12	PL 6314/2005	Aguardando constituição de comissão especial pela Mesa	Takayama (PMDB-PR)	Acrescenta inciso ao art. 142 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	O projeto e seus apensos tratam do livre exercício da liberdade religiosa, de expressão e de consciência.
13	PL 2782/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	José Medeiros (PL-MT)	Tipifica como crime de abuso de autoridade a suspensão ou o bloqueio injustificado de página ou perfil na internet de Deputado ou Senador, e disciplina a retirada de conteúdos publicados na internet nas hipóteses que especifica.	
14	PL 2657/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Gilson Marques (NOVO-SC)	Veda a censura à produção jornalística, a censura prévia e de ofício durante o período eleitoral e dispõe sobre o crime de censura eleitoral, adiciona art. 43-A, §4º ao art. 57-C e art. 57-K à Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 e art. 38-A à Lei 13.689 de 5 de setembro de 2019 e dá outras providências.	
15	PL 4744/2022	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Senado Federal - Sérgio Souza (PMDB-PR)	Altera a redação dos arts. 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.	
16	PL 1468/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Lídice da Mata (PSB-BA)	Altera o art. 24 da Lei nº 9.610, de 1998, para estabelecer como direito moral do autor a faculdade de se opor a qualquer modificação de sua obra para fim político-partidário.	

17	PL 5499/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e revoga a Lei nº. 5.536, de 21 de novembro de 1968, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências dá outras providências.	
18	PL 5941/2013	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Anderson Ferreira (PR-PE)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	
19	PL 1015/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Capitão Augusto (PR-SP)	Altera o art. 9º do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, para dispor sobre o direito de manifestação do pensamento do militar.	
20	PL 1102/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Carla Zambelli (PL-SP)	Concede anistia aos fatos que especifica.	
21	PL 7107/2014	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 25 de julho 1990, classificando como hediondo o crime cometido contra a vida, a segurança e a integridade física do jornalista e profissional de imprensa no exercício da sua atividade.	
22	PL 3227/2021	Aguardando despacho do Presidente	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais.	
23	PL 254/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Bia Kicis (PSL-DF)	Acrescenta o § 1º-A ao art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever o crime de falsa acusação de nazismo.	
24	PL 2041/2007	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Dr. Nechar (PV-SP)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.	
25	PL 4356/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Gilson Marques (NOVO-SC)	Revoga os artigos 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.	
26	PL 1804/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Rogério Rosso (PSD-DF)	Altera o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena; e altera a Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990 para considerá-lo como crime hediondo.	Possui apensados que tratam de crimes contra a liberdade religiosa.
27	PL 1354/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Denis Bezerra (PSB-CE)	Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet.	Apensados que tratam da remuneração aos veículos de imprensa pela reprodução de conteúdo por estes produzido.
28	PL 2390/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Pastor Franklin (PTdoB-MG)	Altera a Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado.	
29	PL 5941/2013	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Anderson Ferreira (PR-PE)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	
30	PL 490/2011	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Senado Federal - Roberto Cavalcanti (PRB-PB)	Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências", para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.	
31	PL 3911/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Bia Kicis (PSL-DF)	Acrescenta o art. 146-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de cerceamento ilegítimo.	

32	PL 3308/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Alexandre Padilha (PT-SP)	Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos.	
33	PEC 265/2008	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Henrique Afonso (PT-AC)	Retira imunidade tributária atribuída a publicações, quando apresentem caráter pornográfico.	
34	PL 6418/2005	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Senado Federal - Paulo Paim (PT-RS)	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.	
35	PL 215/2015	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Hildo Rocha (PMDB-MA)	Acrescenta inciso V ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	aumenta em 1/3 a pena para os chamados crimes contra a honra, quando cometidos em redes sociais.
36	PL 7107/2014	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 25 de julho 1990, classificando como hediondo o crime cometido contra a vida, a segurança e a integridade física do jornalista e profissional de imprensa no exercício da sua atividade.	
37	PL 1804/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Rogério Rosso (PSD-DF)	Altera o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena; e altera a Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990 para considerá-lo como crime hediondo.	aumentar a pena para o crime “ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo” tipificado no art. 208 do Código Penal, bem como considerá-lo com crime hediondo.
38	PL 368/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para proibir que emissoras de radiodifusão que não forem controladas pela União, pelos Estados e pelos Municípios recebam recursos públicos, a qualquer título, ou obtenham crédito junto a instituições financeiras constituídas sob a forma de empresa pública ou de sociedade de economia mista.	
39	PEC 150/2012	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Sandro Alex (PPS-PR)	Dá nova redação à alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para estender a imunidade tributária concedida aos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, aos livros, jornais e periódicos editados em qualquer meio físico ou eletrônico.	
40	PEC 185/2015	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Renata Abreu (PTN-SP)	Acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar a todos o acesso universal a Internet entre os direitos fundamentais do cidadão.	
41	PL 3596/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA)	Altera a Lei nº 13.869, de 2019, para estabelecer novas hipóteses de crime de abuso de autoridade no que diz respeito à atuação de magistrados nas redes sociais ou em qualquer outro meio de comunicação.	
42	PL 2378/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Shéridan (PSDB-RR)	Define garantias para o pleno exercício da liberdade de imprensa e tipifica, como crime de abuso de autoridade, condutas que impeçam ou dificultem o livre exercício do jornalismo.	
43	PL 3431/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Comunicação	André Figueiredo (PDT-CE)	Institui a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Musical Brasileira - Condemúsica, com o objetivo de propiciar meios para fomentar o desenvolvimento da indústria fonográfica nacional e a composição, produção, distribuição e execução de obras musicais e lítero-musicais brasileiras e em língua portuguesa	
44	PL 11/2003	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Iara Bernardi (PT-SP)	Proíbe a veiculação de peças publicitárias, em qualquer meio de comunicação, que utilizem imagens sexuais como atrativo.	
45	PL 796/2003	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Adão Pretto (PT-RS)	Revoga o art. 70 da Lei nº 4.117, de 1962, extinguindo a pena de detenção para quem opera emissora de radiodifusão sem autorização oficial.	
46	PL 542/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Maria do Rosário (PT-RS)	Dispõe sobre a isonomia no tratamento dos veículos de imprensa em entrevistas coletivas de imprensa concedidas por representantes dos Poderes da República, Órgãos Públicos ou de Instituições Públicas	
47	PL 6060/2009	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Vicentinho (PT-SP)	Estabelece mecanismos de incentivo para a produção, publicação e distribuição de revista em quadrinhos nacionais.	
48	PL 8889/2017	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Paulo Teixeira (PT-SP)	Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.	

49	PL 3981/2008	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Celso Russomanno (PP-SP)	Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Jornalismo, sobre o exercício da profissão de Jornalista, e dá outras providências.
50	PL 6337/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Luis Miranda (DEM-DF)	Altera a Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, concedendo às pessoas físicas e jurídicas o direito de se manifestar previamente à divulgação, por veículo de comunicação social, de matéria cujo conteúdo possa atentar contra a sua honra ou imagem.
51	PL 5403/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Norma Ayub (DEM-ES)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer obrigação de divulgação de informações sobre veículos automotores em peças publicitárias.
52	PL 239/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Coronel Armando (PSL-SC)	Esta Lei disciplina a propaganda e venda de alimentos com altos teores de açúcar e alimentos ultraprocessados
53	PL 4180/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Estabelece a proibição de propaganda ou publicidade em todos os veículos de comunicação da comercialização de qualquer arma de fogo.
54	PL 1053/2003	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	André Luiz (PMDB-RJ)	Dispõe sobre a inclusão da linguagem de sinais na publicidade institucional de qualquer nível de Governo e dá outras providências.
55	PL 1496/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a publicidade de bebidas alcoólicas em eventos de natureza desportiva.
56	PL 702/2011	Aguardando a designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família	Marcelo Matos (PDT-RJ)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis.
57	PL 2090/2023	Aguardando despacho do Presidente	Ana Paula Lima (PT-SC)	Veda a publicidade do comércio de armas letais em todo o sistema de transporte de veículos coletivos públicos e privados sob concessão pública.
58	PL 6191/2016	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Erika Kokay (PT-DF)	Dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual.
59	PL 5533/2013	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Silas Câmara (PSD-AM)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir que as entidades autorizadas a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV - possam realizar inserções locais de programação e publicidade, na forma que especifica.
60	PL 4340/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Giovani Cherini (PL-RS)	"Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Lei Murad), para restringir a publicidade de medicamentos nos meios de comunicação social."
61	PL 4013/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para tratar da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas, bem como institui fundo para apoiar as pessoas acometidas pelo consumo abusivo de bebidas alcoólicas.
62	PL 967/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Saúde	Delegado Waldir (PSDB-GO)	Dispõe sobre a proibição de uso de modelos mulheres para divulgação de propagandas de lingerie e afins em vias públicas, bem como em mídias visuais como TV, Jornais impressos e similares.
63	PL 2434/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial	Guilherme Derrite (PP-SP)	Dispõe sobre a proibição de publicidade, por qualquer veículo de comunicação, que se refira a orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, que contem com a participação de crianças e adolescentes, ou sejam a elas direcionadas.
64	PL 3646/2008	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para definir regras para a publicidade comercial nas emissoras de televisão.
65	PL 1944/2007	No Senado Federal	Felipe Bornier (PHS-RJ)	Regulamenta o exercício do Profissional de Marketing, e dá outras providências.
66	PL 2071/2023	Aguardando despacho do Presidente	Capitão Augusto (PL-SP)	Dispõe sobre a proibição e penalização de estabelecimentos comerciais que realizem propaganda de vendas de produtos similares a chocolate como se fossem chocolate, e dá outras providências.
67	PL 1637/2007	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Carlos Bezerra (PMDB-MT)	Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.

68	PL 564/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	Altera a Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, diminuindo o grau de concentração Gay-Lussac .	
69	PL 753/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	João Daniel (PT-SE)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a veiculação de propagandas bebidas alcoólicas destiladas, cervejas e bebidas energéticas nas redes de televisão de canal aberto, transmissoras de rádios.	
70	PL 2041/2021	Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	David Miranda (PSOL-RJ)	Dispõe sobre a realização de propagandas e publicidade para promoção de imagem ambiental positiva por empresas detentoras de passivos ambientais.	
71	PL 1865/2023	Aguardando despacho do Presidente	Lincoln Portela (PL-MG)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para dispor sobre a propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão.	
72	PL 3415/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Filipe Barros (PSL-PR)	Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos e altera o inciso V, do art. 10, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977 para incluir a aplicação de multa 10x maior que o mínimo legal para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto.	
73	PL 26/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Weliton Prado (PROS-MG)	Estabelece o limite máximo de quinze minutos para a veiculação de propagandas antes do início dos filmes exibidos nas salas de cinema.	
74	PL 2600/2003	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Jefferson Campos (PMDB-SP)	Obriga que o brinquedo similar ou assemelhado a arma de fogo, arma do tipo "branca" ou outra espécie de arma contenha indicação de que estimula a violência e que pode ser utilizado para a prática de crime.	
75	PL 4375/2004	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Lincoln Portela (PL-MG)	Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece "normas para as eleições".	Dispõe que os jornalistas, radialistas ou apresentadores de TV deverão se desvincular das emissoras, sem perda de remuneração ou cargo, caso participem de programa eleitoral, de qualquer candidato, veiculado no horário eleitoral gratuito.
76	PRC 39/2020	Aguardando a designação de relator na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Rosana Valle (PSB-SP)	Institui o "Prêmio Gilberto Dimenstein de Jornalismo e Comunicação".	
77	PL 191/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Vicentinho (PT-SP)	Altera a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	
78	PL 90/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Carla Zambelli (PSL-SP)	Inscribe no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de OLAVO LUIZ PIMENTEL DE CARVALHO	
79	PLP 30/2021	Aguardando os pareceres dos relatores na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; na Comissão de Finanças e Tributação; Aguardando a designação de relator no Plenário	Senado Federal - Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que os jornalistas sejam incluídos como microempreendedores individuais.	
80	PL 597/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Flávio Nogueira (PDT-PI)	Declara as obras do poeta, compositor, cineasta e jornalista piauiense Torquato Neto constituídas como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.	
81	PEC 206/2012	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a profissão de jornalista.	

82	PL 239/2011	Aguardando a designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família	Sandes Júnior (PP-GO)	Acréscita dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir seguro de vida aos jornalistas profissionais.	
83	PL 2135/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Delegado Waldir (PSDB-GO)	Acréscita os artigos 309-A e 309-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de estabelecer o pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade para os jornalistas profissionais.	
84	PL 2068/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Dispõe sobre as indenizações por assédio moral cometidos contra jornalistas no exercício da profissão.	
85	PL 1970/2023	Aguardando despacho do Presidente	Fábio Macedo (PODE-MA)	Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para dispor sobre a divulgação de informações jornalística sobre casos de suicídio e de tentativa de suicídio.	
86	PL 6373/2013	No Senado Federal	Andre Moura (PSC-SE)	Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006.	Dia do Radialista, 21 de setembro.
87	PL 3030/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Mauro Nazif (PSB-RO)	Acréscita dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.	
88	PL 3982/2012	No Senado Federal	Andre Moura (PSC-SE)	Fixa o piso salarial nacional dos radialistas.	
89	PL 2041/2007	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Dr. Nechar (PV-SP)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.	
90	PL 3055/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação	Alex Santana (REPUBLIC-BA)	Dispõe sobre a obrigação de que equipamentos celulares comercializados no Brasil sejam equipados com tecnologia de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Frequência Modulada – FM.	
91	PL 1984/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Turismo	Alex Manente (PPS-SP)	Torna obrigatória, na transmissão de evento esportivo ou cultural, a disponibilização de tempo no rádio e televisão para divulgação institucional da Cidade sede do evento	
92	PL 7309/2010	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Silas Câmara (PSC-AM)	Dispõe sobre o direito de acesso gratuito dos órgãos de segurança ao rádio e à televisão, e dá outras providências.	
93	PL 2469/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Poder Executivo	Institui o Dia Nacional do Rádio, a ser comemorado, anualmente, em 25 de setembro.	
94	PL 4133/2012	No Senado Federal	Senado Federal - Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.	
95	PL 7670/2006	No Senado Federal	Chico Alencar (PSOL-RJ)	Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa sobre o câncer pelas emissoras de rádio e televisão.	
96	PL 3156/2004	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Ivan Valente (PT-SP)	Dispõe sobre o dever das empresas de rádio ou televisão de informar aos ouvintes ou telespectadores os dados das obras musicais executadas em sua programação.	
97	PL 2532/2023	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (MESA)	Laura Carneiro (PSD-RJ)	Estabelece a obrigatoriedade dos provedores de serviços de internet e redes sociais atuarem preventivamente contra a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo, visando proteger a privacidade, dignidade e integridade das pessoas.	
98	PL 2355/2023	Aguardando despacho do Presidente	José Medeiros (PL-MT)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais.	
99	PL 1985/2023	Aguardando despacho do Presidente	Fábio Teruel (MDB-SP)	Altera os arts.154, 212 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para inserir causa especial de aumento de pena nos crimes de Violação do segredo profissional e Violação de sigilo funcional quando estes versarem sobre laudo ou prontuário médico, e para tipificar a conduta de vilipendiar cadáver por meio da divulgação de imagens na rede mundial de computadores, em redes sociais ou em aplicativos de mensagens instantâneas.	
100	PL 3955/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial	Nereu Crispim (PSL-RS)	Institui o Dia Nacional de Combate ao Ódio e à Violência nas Redes Sociais.	

101	PL 215/2015	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Hildo Rocha (PMDB-MA)	Acrescenta inciso V ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	aumenta em 1/3 a pena para os chamados crimes contra a honra, quando cometidos em redes sociais.
102	PL 2004/2023	Aguardando despacho do Presidente	Domingos Neto (PSD-CE)	Estabelece normas, procedimentos e mecanismos de uso e de transparência para provedores de aplicação de Internet do tipo plataforma digital de conteúdo de terceiros para proteção de crianças e adolescentes.	
103	PL 1585/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Dr. Jaziel (PR-CE)	Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências.	proíbe a divulgação de nomes e a veiculação de fotos, vídeos e imagens que permitam a identificação de autores de crimes que provoquem terror social, como massacres em igrejas ou escolas.
104	PL 109/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.	
105	PL 2477/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Adriana Ventura (NOVO-SP)	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 para fortalecer a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informações públicas.	
106	PL 3513/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Fica expressamente proibida a retirada de qualquer homenagem feitas a pessoas elencadas nesta Lei, pelo Poder Executivo e dá outras providências	
107	PL 6722/2010	No Senado Federal	Poder Executivo	Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura, e dá outras providências.	
108	PL 1473/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação	Célio Studart (PSD-CE)	Altera o art. 74, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.	gratuidade no acesso aos eventos que contarem com a participação de profissional artístico contratado pelas Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
109	PL 4857/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Deuzinho Filho (REPUBLIC-CE)	Estabelece cota mínima para a contratação obrigatória de artistas de baixa renda e de artistas idosos de baixa renda nas produções audiovisuais financiadas por recursos públicos.	
110	PL 6465/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Trabalho	Roberto Pessoa (PSDB-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de artistas locais na abertura dos shows, eventos musicais ou culturais financiados por recursos públicos	
111	PL 117/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Rubens Otoni (PT-GO)	Institui regras para as empresas que contratarem show artístico ou apresentação com pagamento por couvert artístico.	
112	PL 152/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Alexandre Padilha (PT-SP)	Altera a lei nº 6.533/78 que “dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências” para garantir o reconhecimento e representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras, artistas e técnicos.	
113	PL 4293/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Felício Laterça (PSL-RJ)	Tipifica a conduta de falsificar assinatura em obra de arte.	
114	PL 4281/2012	Aguardando a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação	Senado Federal - Inácio Arruda (PCdoB-CE)	Institui a Bolsa-Artista.	
115	PL 1858/2023	Aguardando despacho do Presidente	Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)	Acrescenta o §5º ao art. 3º-A da Lei 13.977 de 08 de janeiro de 2020, dispondo sobre os assentos preferenciais para as pessoas com transtorno do espectro autista – TEA.	
116	PL 2305/2021	Aguardando votação na Comissão de Cultura	Zé Vitor (PL-MG)	Modifica a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, determinando que a exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade em salas de cinema seja precedida da divulgação de mensagem de advertência contra a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes.	

117	PL 147/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Educação	Renata Abreu (PODE-SP)	Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que “Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001”, para estender a condição de estudante por um ano após a conclusão do ensino médio.
118	PL 3091/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	José Nelto (PP-GO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com transtorno de espectro autista (TEA), em âmbito Federal.
119	PL 231/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Bernardo Ariston (PSB-RJ)	Dispõe sobre a criação de áreas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência (PPDs) e pessoas obesas e dá outras providências.
120	PL 5361/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Juninho do Pneu (DEM-RJ)	Dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas.
121	PL 53/2003	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Carlito Merss (PT-SC)	Determina que as emissoras de televisão e salas de exibição destinem cotas de programação mensal para filmes produzidos nas Américas do Sul e Central e dá outras providências.
122	PL 2714/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Felipe Francischini (PSL-PR)	Altera o Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tipo penal de gravação de filmes no interior das salas de cinema (camcording).
123	PL 7773/2017	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Pollyana Gama (PPS-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cinemas, teatros, estádios, casas de shows e similares permitirem o consumo de bebidas e alimentos.
124	PL 9972/2018	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Fábio Trad (PSD-MS)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no País.
125	PL 1691/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Jéssica Sales (MDB-AC)	Dá nova redação ao artigo 23 da lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, incluindo o parágrafo único ao referido artigo, para prever a necessidade das salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais, circenses, e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em destinarem, pelo menos, 3% (três por cento) da sua carga de ingressos para o acesso gratuito do idoso com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.
126	PL 5497/2019	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Altera a Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 2031.
127	PL 549/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Garante o pagamento do adicional de insalubridade aos fotógrafos, operadores de câmeras de cinema e televisão e trabalhadores assemelhados, e dá outras providências.
128	PL 5502/2019	Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Altera a Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a sede e foro da Ancine.
129	PL7499/2006	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Carlos Nader (PL-RJ)	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que administram cinemas em todo o território nacional, a ceder, dois minutos antes das sessões, ao Poder Público, para a realização de campanhas sócio-educativas.
130	PL 7036/2010	No Senado Federal	Fábio Faria (PMN-RN)	Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.
131	PL 1821/2003	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Vicentinho (PT-SP)	Dispõe sobre a veiculação obrigatória, nas emissoras de televisão, de desenhos animados produzidos nacionalmente e dá outras providências.
132	PL 2764/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação	Tito (AVANTE-BA)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para obrigar que os aparelhos televisores comercializados no país contenham antena digital acoplada e demais componentes necessários para recepção de sinais de radiodifusão de sons e imagens.
133	PL 3005/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Flávia Morais (PDT-GO)	Altera a Lei n.º 9.294, de 15 de julho de 1996, para restringir a exibição de cigarros e demais produtos fumíferos em programas transmitidos por emissoras de televisão de sinal aberto.

134	PL 2312/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Estabelece a obrigatoriedade de exibição da Bandeira Nacional Brasileira, atendidas as normas de forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, em filmes, programas de televisão, séries, telenovelas e outros conteúdos audiovisuais cuja produção tenha sido financiada ou patrocinada com o uso de recursos públicos ou oriundos de empresas estatais.
135	PL 1708/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
136	PL 1022/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Flordelis (PSD-RJ)	Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica.
137	PL 4664/2016	Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Vinicius Carvalho (PRB-SP)	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, proibindo as prestadoras do serviço de comunicação de acesso condicionado de inserir nos monitores de televisão dos assinantes os dizeres sobre atrasos no pagamento de fatura.
138	PL 256/1991	No Senado Federal	Jandira Feghali (PCDOB-RJ)	Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística, e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.
139	PL 3842/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Tipifica criminalmente a conduta, de pais ou responsáveis, de omissão ou de contraposição à vacinação de crianças ou adolescentes, incluindo artigo no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.
140	PL 3306/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Alexandre Frota (PSDB-SP)	“Proíbe a utilização de qualquer tipo de acesso a internet da administração pública para a veiculação de notícias falsas e dá outras providências”
141	PL 1913/2023	Aguardando despacho do Presidente	Kim Kataguirí (UNIÃO-SP)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre a divulgação de conteúdos que atentam contra a cidadania digital.
142	PL 1809/2023	Aguardando despacho do Presidente	Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre o combate à divulgação de mentiras (fake news) que ponham em risco a saúde da população.
143	PL 3131/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação	Ronaldo Carletto (PP-BA)	Institui multa por confecção e divulgação de notícias falsas (fake news) sobre a pandemia de covid-19.
144	PL 1596/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Altera a Lei 0 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para determinar que a propaganda institucional do Tribunal Superior Eleitoral contemple advertência sobre notícias falsas.
145	PL 1473/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Cultura	Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ)	Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.
146	PL 2421/2023	Aguardando despacho do Presidente	Camila Jara (PT-MS)	Dispõe sobre a criação do Fundo de Renda Básica, que será utilizado para redistribuição de renda para os trabalhadores afetados pelo uso de inteligência artificial e alto grau de automação no mercado de trabalho.
147	PL 2394/2023	Aguardando despacho do Presidente	Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO-MG)	Criminaliza a produção, oferta, comercialização, divulgação, transmissão ou posse de imagens que representem crianças ou adolescentes em cenas de sexo explícito, implícito ou de cunho pornográfico, utilizando recursos de inteligência artificial ou meio semelhante. Acrescenta o artigo 241-F, à Lei 8.069 de 13 de julho de 1.990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) e dá outras providências.
148	PL 759/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação	Lebrão (UNIÃO-RO)	Regulamenta os sistemas de Inteligência Artificial, e dá outras providências.

149	PL 791/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT)	Estabelece procedimentos a serem adotados pela União em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios em situação de riscos e desastres mediante o uso de Sistemas de Processamento de Dados e de Inteligência Artificial (IA), com objetivo na organização, solução e implementação integrada e da outras providências.
150	PL 705/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Helio Lopes (UNIÃO-RJ)	Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança.
151	PL 21/2020	No Senado Federal	Eduardo Bismarck (PDT-CE)	Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências.
152	PL 5845/2016	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Sandro Alex (PSD-PR)	Altera os artigos 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
153	PL 4026/2004	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Cláudio Magrão (PPS-SP)	Dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências.
154	PL 4340/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Giovani Cherini (PL-RS)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Lei Murad), para restringir a publicidade de medicamentos nos meios de comunicação social.
155	PL 190/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.
156	PL 541/2003	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	André Luiz (PMDB-RJ)	Proíbe a veiculação de anúncios de Tele-Sexo nos meios de comunicação, em todo o Território Nacional.
157	PL 1876/2023	Aguardando despacho do Presidente	Marcos Tavares (PDT-RJ)	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social.
158	PL 4336/2016	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Luiza Erundina (PSB-SP)	Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação em defesa de grupos sociais sobre matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social
159	PL 2065/2023	Aguardando despacho do Presidente	Marcos Tavares (PDT-RJ)	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social.
160	PL 2525/1992	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Cunha Bueno (PDS-SP)	Inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social.
161	PL 4159/2020	Aguardando despacho do Presidente	Carla Zambelli (PSL-SP)	Equipara o tratamento jurídico dispensado aos regimes totalitários nacional-socialistas (nazistas) e comunistas em território nacional, vedando sua apologia e propaganda.

Observações:

Clicando na identificação do projeto é possível seguir o link para a página do projeto no site da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

No caso de projetos apensados, foi incluído apenas o projeto principal;

Não foram incluídas matérias arquivadas, prejudicadas, rejeitadas, retiradas ou transformadas em norma jurídica;

Foram pesquisadas as matérias levantadas até a 5ª Composição do Conselho de Comunicação Social e acrescentadas as matérias pertinentes apresentadas até 15/05/2023, buscando por termos como “comunicação social”, “meios de comunicação”, “liberdade de expressão”, “conteúdos em meios de comunicação”, “publicidade”, “propaganda”, “jornalismo”, “jornalista(s)”, “jornal”, “radialismo”, “radialista(s)”, “rádio”, “redes sociais”, “mídias sociais”, “blog(s)”, “imprensa”, “artista(s)”, “cinema” e “televisão”, “fake news”;

Sugestões de acréscimo de matérias devem ser enviadas para ccscn@senado.gov.br com a identificação do projeto.